



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO ENTRONCAMENTO
REALIZADA EM 30-ABRIL-2026**

ATA N.º 6

----- Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, na sala de Sessões da Câmara Municipal do Entroncamento, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do senhor **Sérgio André de Matos Belejo**, secretariado pelas senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Isabel Carloto de Castro Ruivo** primeira e segunda secretárias respetivamente. -----

----- Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram presentes: -----

----- **Em representação do Partido CHEGA**, os(as) senhores(as): -----
João Ricardo Dias Figueiredo, Carla Sofia Lopes Sarroeira, Francisco José Ferreira Bento, Elsa Filipa Batista Alcobaça, Tiago Miguel Mendes Sampaio, Márcio Filipe Albuquerque Costa, Cristina da Conceição Estevinha Marques, Hugo Alexandre Carvalho Pereira e Inês Margarida Agostinho Rodrigues Almeida. -----

----- **Em representação da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP)**, os(as) senhores(as): -----

Susana Paula Matos Vieira da Cruz, Dominique Gaspar Ventura, Andreia Correia Pereira Dias, Samuel António Santos Carvalho e João Pedro Alves de Matos. -----

----- **Em representação do Partido Socialista**, os(as) senhores(as): -----
Emílio Alexandre Gomes Sobreira, Pedro Miguel Calado Gomes, Ezequiel Soares Estrada e Daniela Alexandra Antunes Maia Gonçalves Saboga. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, o senhor, Luís Filipe Nóbrega Ferreira Moita. -----

----- **Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista**, o senhor, Rui Vítor Pires Bragança. -----

----- **Estiveram presentes pela Câmara Municipal**, o senhor Presidente Nelson José Estrela Lopes Cunha, o Vice-Presidente Hélder Jorge Justino Gama, e os Vereadores, senhores(as), Maria Alexandra Ramos Figueira, Rui Jorge Bértolo Lara Madeira Claudino, Maria João Gil dos Santos Grácio e Ricardo José Pires Antunes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início à sessão quando eram vinte e uma horas e sete minutos, começando por cumprimentar todos os Membros da Assembleia Municipal, o Executivo Municipal, o público presente e todos os que acompanharam através da transmissão online, bem como a comunicação social presente. -----

----- Prosseguiu cumprimentando e agradecendo aos funcionários do Município por estarem presentes e por assegurarem o normal decorrer da sessão. -----

----- Continuou procedendo a uma substituição, em virtude de o deputado Ricardo Alexandre Amaro da Cunha, se encontrar impossibilitado de estar presente, sendo substituído por Emílio

Alexandre Gomes Sobreira, que já havia tomado posse em sessão anterior na Assembleia Municipal. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia, pediu a atenção da Assembleia e todos os que acompanhavam online, para tecer um esclarecimento institucional na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que na sequência de referências públicas feitas à sessão solene de tomada de posse dos atuais órgãos municipais e na sequência de dúvidas, entretanto, colocadas por cidadãos relativamente ao processo de tomada de posse após as eleições autárquicas de 2025, entendeu ser seu dever, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, prestar um breve esclarecimento de natureza factual e institucional em nome da transparência, da legalidade e do rigor democrático. Essa sessão foi presidida pela mesa da Assembleia Municipal Cessante, a qual se manteve em funções exclusivamente para garantir a instalação regular dos novos órgãos autárquicos recém-eleitos. Competia à mesa cessante presidir aos trabalhos, conferir a posse a todos os eleitos, quer da Assembleia Municipal, quer da Câmara Municipal. Sublinhou ainda que no momento da tomada de posse, a atual mesa da Assembleia Municipal ainda não se encontrava eleita nem em exercício de funções, não lhe podendo, por isso, ser imputada qualquer responsabilidade relativamente à organização administrativa ou protocolar dessa sessão. A organização logística e administrativa da sessão solene de tomada de posse, incluindo comunicações institucionais e convites, é assegurada pelos serviços do município no âmbito das competências dos órgãos cessantes em respeito pelo princípio da continuidade institucional. Só após a conclusão integral da tomada de posse de todos os eleitos, é que a mesa da Assembleia Municipal Cessante terminou formalmente o seu mandato. Concluiu que o esclarecimento visava apenas reafirmar o funcionamento legal e institucional do processo de tomada de posse, contribuindo para uma correta informação para os cidadãos e para a tranquilidade, a confiança e o respeito entre órgãos do município. Valores essenciais para o bom exercício do poder local democrático. Agradeceu a atenção dispensada, e havendo o quórum para funcionamento da assembleia, deu início formalmente à sessão, com o período antes da ordem do dia. Informou ainda, que o expediente foi recebido foi reencaminhado aos senhores deputados. Começou pela ata da sessão anterior. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

ATA N.º 5 – Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 28 de fevereiro de 2026 -----

----- Não havendo objeções nem pedidos de intervenção relativos à ata n.º 5, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a ata à votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 5 -----

----- A Ata n.º 5, da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Entroncamento, realizada em 28 de fevereiro de 2026, foi **aprovada por unanimidade**, por todos os presentes na referida sessão. -----

---Voltou ao uso da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, passando ao ponto seguinte, designadamente, expediente diverso. -----

----- Referiu a receção de um voto de saudação pela bancada do Chega. -----

Foi dada a palavra ao Eleito Senhor **João Figueiredo** que, após cumprimentar todos os presentes e público, efetuou a leitura do voto de saudação aos antigos combatentes. -----

VOTO DE SAUDAÇÃO AOS ANTIGOS COMBATENTES -----

«No passado dia 9 de abril, assinalou-se o dia do combatente, data de profundo significado nacional que evoca a batalha de Lalis, travada em 1918 e homenageia todos os militares

portugueses que ao longo da nossa história serviram Portugal em contexto de guerra, conflito ou missão operacional. Trata-se de uma ocasião de memória, gratidão e justiça para com aqueles que em diferentes gerações colocaram o dever, a coragem e o espírito de missão acima do interesse pessoal, muitas vezes com elevado sacrifício físico, emocional e familiar. Ao longo do século XX e já no século XXI, milhares de portugueses foram chamados a servir a pátria em diversos teatros de operações, desde a Primeira Guerra Mundial às campanhas no ultramar, bem como em missões internacionais de paz e cooperação no quadro dos compromissos externos do Estado português. Muitos perderam a vida, outros regressaram marcados para sempre por ferimentos, incapacidades permanentes ou traumas invisíveis, como a perturbação de stress pós-traumático. Importa igualmente reconhecer que durante largos anos numerosos antigos combatentes não receberam o apoio social clínico institucional compatível com os serviços prestados ao país. Muitos enfrentaram dificuldades no regresso à vida civil, no emprego, na saúde e no reconhecimento público que lhes era devido. Também no concelho do Entroncamento residem antigos combatentes e respetivas famílias, cidadãos que integram a nossa comunidade e cujo percurso de vida merece respeito e consideração. O Entroncamento terra forte ligação às Forças Armadas e à defesa nacional tem especiais razões para valorizar esta memória e esta herança de serviço. Saudar os antigos combatentes não é apenas recordar o passado, é afirmar valores permanentes: patriotismo, honra, responsabilidade, solidariedade e respeito por quem serviu Portugal. Assim, a bancada do partido Chega à Assembleia Municipal do Entroncamento, propõe que esta assembleia reunida em sessão plenária delibere: saudar todos os antigos combatentes portugueses, reconhecendo o seu contributo para a defesa de Portugal, a sua coragem e o seu sentido de dever. Prestar homenagem à memória de todos aqueles que tombaram ao serviço da nação. Manifestar solidariedade para com todos os ex-combatentes que enfrentam ou enfrentaram dificuldades físicas, psicológicas, sociais ou económicas. Resultando do serviço prestado, saudar o núcleo da Liga dos Combatentes do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha pelo trabalho desenvolvido neste âmbito e que prossiga as iniciativas de reconhecimento público e valorização de memória dos antigos combatentes residentes no nosso concelho.” -----

----- Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a intervenção do deputado **João Figueiredo** pela leitura do voto de saudação, colocando o mesmo à votação. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO -----

----- O voto de saudação apresentado, foi **aprovado por unanimidade** com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- O Senhor Presidente passou a palavra à Eleita **Senhora Inês Almeida** que, após cumprimentar todos os presentes e público, efetuou a leitura do voto de saudação. -----

VOTO DE SAUDAÇÃO DO MÊS DE PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA. -----

«É com grande responsabilidade e compromisso que apresentamos este voto de saudação, com o intuito de sensibilizar a nossa comunidade sobre a importância da prevenção dos maus-tratos na infância. O mês de abril, dedicado a esta temática é um momento de reflexão e ação, onde somos chamados a reforçar as nossas responsabilidades enquanto sociedade e autarquia na proteção das nossas crianças e adolescentes. O aumento demográfico do entroncamento traz consigo desafios específicos, sendo um deles o acompanhamento e a garantia de direitos essenciais para um desenvolvimento saudável às nossas crianças e jovens. A sociedade deve ser o primeiro pilar na identificação dos sinais de alerta. Enquanto a autarquia tem um papel fundamental na implementação de políticas públicas e na oferta de recursos adequados para a prevenção e intervenção precoce. É necessário destacar que os maus-tratos na infância não se

limitam a abusos físicos, mas também incluem negligência, abuso emocional e exploração que de alguma forma afete e comprometa o futuro das nossas crianças. O ambiente familiar e comunitário, os serviços de saúde, a educação e a segurança pública devem agir em conjunto para garantir que nenhuma criança ou adolescente seja deixado para trás. A nossa autarquia, com o seu papel de proximidade e de gestão dos serviços essenciais à população, pode e deve intensificar os esforços para aumentar a consciencialização, apoiar campanhas educativas e fortalecer as redes de apoio às vítimas e às suas famílias. Neste mês de abril, fazemos um apelo a todos os cidadãos, instituições e autoridades da nossa localidade para que unam esforços em defesa dos direitos das nossas crianças, fortalecendo a rede de proteção e promoção da infância e juventude. Que possamos todos juntos cumprir o nosso papel, prevenindo, educando e garantindo um futuro de dignidade e respeito para as nossas gerações mais jovens. Assim, a bancada do partido Chega à Assembleia Municipal do Entroncamento, propõe que esta assembleia reunida em sessão plenária, delibere o agradecimento público a todos os intervenientes na prevenção dos maus-tratos na infância, sendo esta responsabilidade partilhada. Manifestar solidariedade para todas as vítimas e famílias de maus-tratos na infância. Reforçar o compromisso de continuar a trabalhar ativamente nesta área de grande importância social. Saudar a Câmara Municipal do Entroncamento pelo trabalho desenvolvido no âmbito da prevenção dos maus-tratos na infância, seja ela através de iniciativas, medidas implementadas, sensibilização, articulação com diversas entidades, de forma a prevenir situações de risco e garantir que todas as crianças possam crescer num ambiente digno e protegido.” -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo à deputada Inês Almeida pela leitura do voto de saudação, colocando o mesmo à votação. -----

VOTAÇÃO DO VOTO DE SAUDAÇÃO -----

----- O voto de saudação apresentado, foi **aprovado por unanimidade com vinte e três votos**, sendo nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- De imediato seguiram-se os assuntos não incluídos na Ordem do Dia, ao que o Exmo. Presidente terá indicado que as inscrições seriam feitas por ordem de pedido, bem como informou que as intervenções para constar em ata deveriam ser remetidas para o e-mail da Assembleia com a maior brevidade possível.-----

----- Pediu a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, Senhor Rui Bragança** para fazer uma interpelação à Mesa da Assembleia Municipal: Boa Noite a todos, quero cumprimentar todos os presentes. Eu pedi a palavra só para dar aqui dois apontamentos. Um, é que fizemos 6 meses de mandato e a Junta de Freguesia quer demonstrar a boa relação que existe institucional entre a Junta de Freguesia São João Batista e o atual executivo. Temos trabalhado em conjunto para ir resolvendo grande parte das situações que nos chegam ou que nós identificamos e acho que desta forma é que o Entroncamento ganha, independentemente de sermos forças políticas diferentes, mas no dia a seguir às eleições somos todos do Entroncamento. O segundo apontamento tem a ver, embora eu sei, já tivemos conversas sobre isso, que a situação estará resolvida, mas quero deixar o registo: as festas da cidade e a nomenclatura que supostamente irá ser dada novamente às festas, que vão incluir as festas de São João Batista, o padroeiro. -----

Para quem não sabe, houve um acordo há muitas décadas, penso que 1997, se não me engano, em que havia duas festas na cidade, as festas do aniversário do concelho e as festas tradicionais religiosas de São João Batista e das Vaginhas. Muitas pessoas que nos abordaram ou que nos

abordou, questionaram por que motivo as festas deixaram de ter o nome? Já me informaram por parte da Câmara e também penso que já informaram na reunião da que houve com as coletividades que as festas vão ter o nome de São João Batista. Queria congratular o executivo por ter sido recetivo a esta sugestão ou se eventualmente já estava pensado. Obrigado. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a intervenção, e passando a palavra** à deputada Senhora Carla Sarroeira. -----

----- Faz uso da palavra a eleita municipal **Senhora Carla Sarroeira**: Boa noite a todos. Senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, ao público que nos vê aqui e em casa, aos funcionários da Câmara que permitem que estas reuniões sejam realizadas. Uma boa noite a todos. Aqui é mais uma questão que nós queríamos perguntar sobre a estrada da rua dos Foros da Lameira. Nós queríamos saber qual é a situação atual, já que todos nós sabemos e é do conhecimento público, a estrada já não estava no seu melhor e devido às tempestades e às chuvas, agravou-se bastante o estado do pavimento, quase impedindo a sua circulação. O que nós queríamos era uma informação para nos situar da situação atual e quais são as medidas que estão a ser executadas neste momento. Obrigada. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a intervenção e prosseguiu dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: Muito obrigado, senhor presidente. E na sua pessoa cumprimentar toda a mesa, senhores vereadores, senhores deputados, presidente de juntas de freguesias. Relativamente à Rua Foros da Lameira, uma audiência prévia que será durante 10 dias e depois aí sim o intuito é seguir os termos normais de início da empreitada. Serão cerca de 400 m de troço que serão reabilitados, portanto, na Foros da Lameira e na rua, agora não me recordo o nome, mesmo em frente à empresa Imacol, portanto, na zona limítrofe com Torres Novas. Portanto, houve aqui algum atraso realmente sim com a parte concursal, há aspetos normais que acontecem, fazem parte dos procedimentos, mas o intuito é começar o mais brevemente possível. Já temos uma empresa também agilizada, portanto é iniciar a empreitada o mais rapidamente possível. Muito obrigado, senhora deputada.

----- O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao senhor deputado Dominique Ventura. -----

----- Usou da palavra o **Eleito Senhor Dominique Ventura**: Muito boa noite, senhor presidente da assembleia. Na sua pessoa, cumprimento todos os que assistem lá em casa. Sabemos que o executivo fez uma visita ao Parque Verde Bonito. Sabemos também que o assunto foi abordado na reunião de câmara, mas lamentamos que a visita não tenha sido extensível aos deputados desta assembleia nem sequer aos representantes da comissão permanente. Sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador do município, vimos solicitar ao Senhor presidente da Câmara que agende uma visita ao Parque Verde do Bonito para que todos os deputados municipais se inteirem dos estragos e das necessidades e se não puderem ir os deputados todos, pelo menos que vão os representantes da comissão permanente. Muito obrigado. -----

----- Usou da palavra O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a intervenção e questionando ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** se se queria manifestar, tendo de seguida passado a palavra. -----

----- Fez uso da palavra **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: Muito obrigado, senhor deputado Dominique Ventura. Nós contactámos todos os representantes dos diferentes órgãos,

mas não opondo obviamente a que sejam efetuados outros agendamentos, para que seja efetuada uma outra visita com a comissão parlamentar, como mencionou. Não me oponho nunca e nunca teria tal ato. Portanto, não tem de quê. Muito obrigado. -----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, que agradeceu a intervenção e passou a palavra de seguida à senhora deputada **Andreia Dias**. -----

----- Fez uso da palavra a Eleita **senhora Andreia Dias**: Boa noite, senhor presidente. Saudá-lo em nome de todos, às pessoas que estão lá em casa a assistir, aos funcionários da Câmara, um agradecimento por permitirem que estas reuniões sejam executadas. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o executivo pelo projeto de videovigilância. O protocolo já foi assinado. Contudo, eu gostaria que fosse feita a ressalva da pessoa que tornou possível este projeto, da pessoa que o criou, da pessoa que o desenvolveu, da pessoa que lutou por ele contra tudo e contra todos até determinada altura, quando foi desacreditado, quando houve muita desconfiança sobre este projeto. O nome dele é Pedro Gonçalves do CDS-PP, se houve um protocolo assinado, acho que é de saudar e nunca esquecermos que esse projeto tem um nome. O senhor presidente disse que é um passo no caminho que temos vindo a trilhar claramente, mas é um passo que se nós estamos a dar é porque houve alguém que acreditou piamente que este projeto era possível. E só à posterior quando o PSD decidiu acreditar, também, foi possível que ele fosse aprovado. Portanto, durante todo o processo, gostaria que nunca nos esquecêssemos do nome desta pessoa e que o ressalvássemos sempre que este projeto exista, é ao Pedro Gonçalves do CDS-PP que nós o devemos em colaboração, mais uma vez ressalvo com o PSD. Mas acho que é importante, é um filho da terra, foi alguém que esteve aqui durante muito tempo, que acreditou muito no potencial do Entroncamento, acho que lhe devemos isso, acreditar e continuar por ele também é acreditar que é possível fazer do Entroncamento um sítio melhor e deixarmos um legado melhor aos que ainda estão por vir e a todos aqueles que já aqui habitam. Em segundo lugar, nós tivemos conhecimento que houve uma ação de fiscalização da Senhora Vereadora da Educação às escolas do agrupamento, às cantinas das escolas do agrupamento para aferir a qualidade e a quantidade das refeições que são servidas aos nossos alunos. Neste sentido, importa-nos saber qual foi o resultado desta ação, como é que decorreu. Nós tivemos conhecimento através de alguns encarregados de educação que existe algumas queixas no que concerne à qualidade e sobretudo à quantidade de comida que é servida nas cantinas das nossas escolas. Gostaríamos de perceber como é que esta ação decorreu e qual o resultado. Por fim, em relação à gestão do Arvoredo, cujo regulamento nós já temos em vigor, curiosamente também proposto numa Assembleia Municipal pelo Pedro Gonçalves do CDS-PP, gostaríamos também de questionar quais foram as medidas que já foram tomadas em relação à manutenção e gestão do arvoredo. Isto porque todos nós sabemos da importância da descompressão urbana, do melhoramento da qualidade de vida das populações e da importância do arvoredo. Mas também nos temos apercebido que existem algumas zonas da cidade que estão muito sujas, onde é muito difícil conseguirmos estar principalmente se tivermos algumas questões de saúde. Isto também faz com que as pessoas se afastem das nossas praças, dos nossos jardins, dos nossos espaços verdes. Acho que também não é esse o nosso objetivo. Muito obrigada. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a intervenção da senhora deputada Andreia Dias, e passando de seguida a palavra ao Senhor Deputado Emílio Sobreira. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito senhor Emílio Sobreira**: Primeiro que tudo quero cumprimentar o senhor presidente da assembleia, o presidente da Câmara, os presidentes da junta, os vereadores, todos os deputados e os munícipes do entroncamento em geral. Queria só relembrar relativamente à intervenção da deputada Andreia Dias que o protocolo do projeto de vídeo vigilância já tinha tido uma primeira fase e uma primeira assinatura em janeiro de 2023 e neste momento foi apenas uma atualização daquele protocolo estabelecido nessa altura. Obrigado. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, agradecendo a intervenção do deputado Emílio Sobreira. Prosseguiu, fazendo uma menção especial, ao ex-deputado Pedro Gonçalves e na sua pessoa todos aqueles que passaram aqui por esta casa da democracia local. Os que representaram a cidade no ano passado e deliberaram muitas das situações que foram sendo positivas para o nosso município. Neste sentido questionou se o executivo teria uma palavra a dizer, e passou a palavra ao senhor presidente da Câmara. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: Muito obrigado, senhor presidente. Senhora deputada, respondendo à sua questão, eu também estive presente neste ato de vistoria. A empresa em questão foi chamada com o envolvimento também das coordenadoras e acho das ações decorreram algumas medidas corretivas quanto à dosagem, quanto aos critérios de HCCP, qualidade dos produtos e a devida confeção. Reparamos realmente no momento que haviam algumas lacunas graves e no seguimento dessa visita efetuamos uma reunião com um fornecedor para reportar exatamente as nossas preocupações e a evolução que pretendemos para que as nossas crianças tenham obviamente o fornecimento das suas refeições e com os standards que são esperados. Relativamente aos espaços verdes, estamos ainda focados na parte da recuperação da zona do Bonito o que provocou, obviamente aqui alguns atrasos na manutenção de algumas zonas da cidade, mas penso que é compreensível a todos. Estamos a aplicar ainda produtos fitofarmacêuticos para a manutenção e também na parte regulamentar que carece de algumas notificações necessárias relativamente à poda, etc. No que diz respeito também ao protocolo, enalteci sim também o trabalho que foi feito anteriormente pelo Pedro, restante executivo e pelos restantes deputados também cessantes. Mas também dizer que estamos aqui para continuar esse bom trabalho. Reconhecer, eu tive a oportunidade de o mencionar na entrevista aqui nesta mesma sala com a Rádio Wordts. Podem ver no vídeo 1 hora 3 minutos e 37 segundos que eu referenciei, não disse o nome é verdade “Pedro Gonçalves”. portanto é de enaltecer esse trabalho que foi feito, porque foi um trabalho realmente com coragem. É preciso ter coragem para trazer um tema como videovigilância e sabemos todos e enquanto Entroncamentenses que somos realmente foi aqui um tópico problemático, mas que é necessário e daí por ser necessário, nós também identificamos que houve algumas atrações até protocolares. Começamos com cerca de 14 câmaras de videovigilância, identificamos novas zonas, quisemos abranger outras áreas envolvendo também o comissário da PSP local e o incremento será para 55 câmaras de videovigilância, porque realmente notamos que é uma necessidade maior que aquela que tinha sido proposta inicialmente e aquando no início do nosso mandato. Muito obrigado. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradecendo a intervenção. Passou a palavra à senhora deputada Susana Vieira da Cruz para fazer a sua intervenção. -----

----- Fez uso da palavra a **Eleita senhora Susana Vieira da Cruz**: Boa noite a todos os presentes. Cumprimento a mesa da assembleia na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal, o executivo na pessoa do senhor presidente da Câmara, os senhores deputados municipais, os senhores presidentes de junta, o público que nos está aqui a ver e a assistir através da transmissão online. Encontra-se um aviso do município que irão decorrer a intervenção da e-redes e da repavimentação na rua Dr. Costa Machado, tratando-se de uma empreitada conjunta com o município. Desse mesmo aviso, consta que se estima a conclusão dos trabalhos no decorrer do mês de maio. É do conhecimento público que nesta rua é uma das mais movimentadas da zona sul da cidade, há um ano esteve vários meses com o trânsito cortado, com vários incómodos daí decorrentes, mas não é aceitável que o pavimento tenha ficado uma verdadeira manta de retalhos de alcatrão e buracos, terra e pó, que àquela data suscitou várias queixas junto do município. Ora, tratando-se de uma empreitada conjunta, e o que solicitamos aqui ao senhor presidente da Câmara é que esclareça esta Assembleia Municipal se nos termos dos trabalhos se serão de imediato colocadas lombas redutoras de velocidade ou qualquer outro dispositivo limitador de velocidade, uma vez que, como todos sabemos, num passado muito recente, num cruzamento com a rua Dr. Costa Machado e a rua da Maruja, ocorreu uma tragédia, um acidente de viação com uma vítima mortal. Aquela rua, é muito perigosa. Os automobilistas não respeitam a velocidade, conduzem com velocidade excessiva, pelo que se impõe logo após ato contínuos terminos das obras, por uma questão de economia de boa e eficiente gestão dos recursos e também por forma a evitar mais constrangimentos de circulação naquela via, sejam colocadas então as referidas lombas redutoras de velocidade ou quaisquer outros dispositivos que permitam que não ocorram mais acidentes. Peço que, efetivamente depois nos esclareça, se possível, se está equacionado no termino dos trabalhos de imediato a colocação dessas lombas, por forma a tornar aquela artéria da cidade mais segura. Aproveito a minha intervenção para outra questão, outro ponto que também quero aqui abordar. Desde já agradecemos aos funcionários do município pela dedicação e empenho na concretização das cerimónias comemorativas do 25 de abril. Importa, contudo, deixar nota daquilo que entendemos que terá corrido menos bem no que diz respeito ao cumprimento do protocolo. Como é do conhecimento nas comemorações oficiais do 25 de abril a nível municipal, o protocolo habitual é o seguinte: Presidente da Assembleia Municipal, enquanto órgão representativo do poder deliberativo junto do município, é o responsável por convocar e presidir a sessão solene comemorativa do 25 de abril, que também, como se sabe, é uma sessão formal da Assembleia Municipal, ainda que comemorativa. Ao presidente da Câmara Municipal compete coordenar a competente institucional e logística das cerimónias, como a preparação dos espaços, hastear das bandeiras e as atividades culturais. Aqui, antes de mais, quero deixar uma nota no sentido de futuro podermos corrigir estas situações, porque entendemos efetivamente que houve algum atropelo institucional. Desde logo, a comissão permanente e os seus membros efetivos, tratando-se, de uma sessão formal da Assembleia Municipal, ainda que, repito, comemorativa, apresentou várias propostas junto do senhor presidente da Câmara, do gabinete de comunicação, para poder, de alguma forma diversificar e enriquecer o programa, nomeadamente com as atividades culturais. Nenhuma dessas medidas que foram apresentadas foram acolhidas pelo senhor presidente da Câmara, o que lamentamos também enquanto membro efetivo da Comissão Permanente, temo-nos deparado com algumas entropias no funcionamento dos serviços, nomeadamente a comunicação e o envio de

documentos, o auxílio à própria comissão permanente, foi apresentada proposta ao senhor presidente da Câmara e do gabinete de comunicação, pretendemos dinamizar a Assembleia Municipal porque entendemos que é um órgão extremamente importante, com o objetivo de desmistificar o que se passa nestas sessões solenes, poder também chegar aos jovens, porque temos uma assembleia municipal jovem que este ano, por razões que são conhecidas, atendendo à data das eleições, não foi possível cumprir os prazos e, organizar a Assembleia Municipal Jovem, também temos a Assembleia Municipal Intermunicipal e o feedback é que temos muitos jovens interessados com tremendo potencial, precisamos de chamar as camadas jovens para participar ativamente na cidadania e na democracia e com vista apresentamos propostas de poder criar aqui vídeos esclarecedores a em jeito de literacia política, também para desmistificar e poder tornar de forma mais apelativa. Pedimos colaboração e essa colaboração não foi feita. Entendemos que houve aqui ou que estará a haver uma falta de colaboração institucional entre órgãos, o que lamento e gostaria que fosse corrigida a breve traço. Também relativamente ao vídeo, a comissão permanente decidiu elaborar um vídeo precisamente para a Assembleia Municipal, na pessoa do seu presidente, e realizar um convite à população para participar nas sessões comemorativas. O propósito era que a mesma fosse publicada nas redes sociais do município de forma institucional, porque é o que pretendemos. A verdade é que isso não aconteceu, não percebemos porquê. Foi publicada sim, mas na página do município, num separador recôndito da Assembleia Municipal que provavelmente não teve o impacto que pretendíamos, em trazer população às comemorações do 25 de abril. Aliás, como podemos ver, no hastear da bandeira quando o hino, não existiam muitas pessoas a assistir e penso que estas ferramentas existem precisamente para poder aproximar a população do município e vice-versa. Outra nota que quero deixar refere-se mais concretamente com os convites. O convite da sessão solene das comemorações do 25 de abril é feito pelo senhor presidente da Assembleia Municipal e foi feito a todos os eleitos locais, todos nós recebemos para estar presente no hastear da Bandeira e na sessão solene. Contudo, foi com alguma surpresa que pela primeira vez, e eu estou nestas funções há alguns anos, que constatamos que o senhor presidente da Câmara, porque é quem lhe compete de acordo com o protocolo, não dirigiu um convite aos deputados municipais com assento na Assembleia Municipal para assistir ao espetáculo que decorreu no Centro Cultural, no âmbito das cerimónias comemorativas. Quero deixar aqui muito claro que não se trata do adquirir ou não adquirir um bilhete ao ingresso, nada disso. É a falta de cumprimento de protocolo e daquilo que entendemos ser uma desconsideração para com os deputados municipais. E a verdade é que todos e todos sem exceção aqui, pertencemos ao órgão representativo do poder deliberativo junto do município. Por último, mas não menos importante, também quero deixar nota que deverá ser corrigido, que está relacionado com a quando a cerimónia do reconhecimento de funcionários e entidades durante a tempestade, que também decorreu no centro cultural, a quando das comemorações do 25 de abril, estando o senhor presidente da Assembleia Municipal presente, que é o mais alto órgão representativo do poder deliberativo no município, o senhor presidente da Câmara não o ter chamado para acompanhar a entrega nos prémios aos visados, nem tão pouco haver um lugar reservado às senhoras secretárias da mesa da Assembleia Municipal. Portanto, tudo isto são notas no sentido de que de futuro possam ser corrigidas para bom funcionamento e entre os vários órgãos do município. Obrigada. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradecendo a intervenção da deputada Susana Vieira da Cruz. Questionou o Senhor presidente se pretendia responder.-----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara Municipal**: Muito obrigado, senhor presidente. Senhora deputada, começando pelo primeiro tópico, relativamente à empreitada, foi reportada também a nossa insatisfação quanto ao repavimento da mesma. Houve realmente aqui atrás parte da e-redes, porque devido às intempéries. Mas não obstante isto, nós fizemos a comunicação de que não estamos satisfeitos com o trabalho feito até ao momento é de destacar aqui que é uma empreitada que o arruamento será feito, portanto, metade com empresas em que estão relativamente ao repavimento na sua totalidade. O que nós pretendemos é para que não aconteçam erros como já a foram anteriormente a dotados pela cidade, queremos fazer o repavimento ao mesmo tempo que a empresa da empreitada que iremos adjudicar. Esta empreitada não inclui, portanto, os limitadores de velocidade porque não fazem parte dos assuntos, são tópicos diferentes e terá que depois ser deliberado também e com o restante executivo em reunião de Câmara. Quanto à comunicação, realmente houve tem havido articulação com o senhor Presidente da Assembleia. Tivemos várias reuniões também. Quanto à comunicação, temos limites de recursos humanos e também técnicos. Não obstante a isso, fizemos a publicação do vídeo, constante que são órgãos diferentes, mas foi publicado no site da Câmara. Relativamente à comemoração do 25 de abril, foi um programa bastante abrangente que penso que enalteceu esta data muito especial para a democracia. O que fizemos foi seguir a mesma listagem que tem sido praticada nos últimos anos, sendo que o último concerto estava completamente aberto ao público e seguimos a parte protocolar de convidar as várias entidades locais. Não obstante a isso, fica a nota e reconheço que, obviamente, futuramente todos serão convidados. Aliás, notei também aqui que temos abertura para fazerem a visita ao Parque Verde do Bonito, se assim o pretenderem. Obviamente ainda estamos um pouco no início do mandato, mas também vamos reconhecendo aquilo que é a vossa vontade dos deputados e teremos isso em atenção futuramente para que haja uma representação em todas as forças políticas. Muito obrigado, senhora deputada. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: agradecendo o esclarecimento e passando a palavra ao deputado Pedro Gomes da bancada do PS. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Pedro Gomes**: Muito boa noite a todos. Muito boa noite, senhor presidente, e na sua pessoa convidar a cumprimentar toda a mesa, cumprimentar também o senhor presidente de Câmara, senhores presidentes de junta, senhores deputados, cumprimentar também os funcionários desta câmara e também quem nos vê lá em casa. É precisamente nessa parte que eu gostaria de deixar uma nota. Já foi preferido aqui hoje que aparentemente a cidade está mais limpa, está mais cuidada e não podemos dizer que é uma mentira. No entanto, não seria, da nossa parte, da bancada do PS, fazer um reconhecimento aos funcionários municipais que, se aparentemente a cidade está mais limpa, isso também se deve ao esforço e ao trabalho deles. Portanto, deixar aqui um reconhecimento aos nossos funcionários municipais pelo trabalho árduo que fazem diariamente. Muito obrigado. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a intervenção. Vou passar a palavra à primeira secretária, Dra. Lúcia Abelha. -----

----- Faz uso da palavra a **Senhora Primeira Secretária Dra. Lúcia Abelha**: Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, na sua pessoa cumprimento

todo o plenário. Excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Entroncamento, cumprimento o órgão executivo a quem nos assiste presencialmente e lá em casa. Muito boa noite a todos. Obrigada pelo vosso tempo e disponibilidade. Excelentíssimos funcionários da autarquia, bem hajam pela vossa presença. No seguimento da intervenção inicial do excelentíssimo presidente da Assembleia Municipal, bem como subsequentemente a intervenção da deputada Susana Vieira da Cruz, na qualidade de segunda secretária da mesa da assembleia cessante do anterior mandato, gostaria de fazer um pedido que a ser aceite penso que poderá trazer aqui algumas conclusões úteis, válidas e sérias, se seria possível ter acesso ao expediente protocolar de envio dos convites para a tomada de posse do atual mandato, para que não hajam confusões que não são necessárias, para que não sejam criados mal entendidos, para que não hajam entropias, porque creio que estamos todos aqui com um objetivo comum que os trabalhos decorram da melhor forma em prol do Entroncamento e todos nós. E nessa medida, efetivamente, gostaria de ter acesso a essa informação pelo seguinte, porque quando apresentamos um requerimento diz-nos o Código de Procedimento Administrativo, e embora esta seja uma intervenção de improviso, mas creio que não poderia deixar de a fazer, temos de dizer em que qualidade é que a fazemos e com que objetivo. Portanto, o objetivo é uma defesa de honra da mesa cessante, repor a verdade e tentar perceber onde é que houve a falha, se efetivamente houve uma falha e tendo havido fazer tudo aquilo que estiver ao alcance de todos, penso que é o que fará sentido, uma correção não é deitar culpas a ninguém, apenas corrigir e tentar trabalhar em conjunto para que da próxima vez possa correr melhor. Há a parte protocolar, há a parte institucional e há a parte logística, queiramos chamar-lhe assim. Eu creio que acho que já ficou claro o que é que aconteceu, mas em todo o caso é com factualidade. Se estivéssemos em tribunal era com factualidade que nós nos fazíamos valer. Portanto, vamos aos factos, se pudermos ter acesso ao processo e a esses convites que foram remetidos, agradeço imenso. Grata pela atenção de todos. -----

----- Faz uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a intervenção.** -----

----- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, formalizou um pedido ao excelentíssimo Presidente da Câmara o pedido para que posteriormente fosse disponibilizada a documentação pertinente para se analisar o foco de dúvida que acabou por ser lançado no discurso do nosso presidente no 25 de abril, nas comemorações do 25 de abril. No seguimento também da intervenção do deputado Pedro Gomes, disse de facto reconhecer não só agora, nem os últimos tempos dos funcionários, mas também tudo aquilo que eles têm dado em especial os funcionários que trabalham todos os dias no exterior, quer faça chuva, faça sol, faça altas temperaturas ou baixas temperaturas estão ali a tentar dar o melhor para que todos nós consigamos ver as melhorias e que vejamos a nossa cidade de alguma forma bonita, assim como claro com certeza também todos os outros funcionários que trabalham no município. Agradeceu as intervenções. Não havendo mais inscrições, deu por encerrado o período antes da ordem do dia. -----

----- Não havendo nenhuma inscrição para intervenção do público prosseguiu para o período da ordem do dia, portanto, dando como encerrado o período de intervenção do público, e dando início ao período da ordem do dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----
PONTO NÚMERO UM -----

“APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO”, ao abrigo da linha c) do número 2 do artigo 25º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro. -----

----- Sobre este ponto, questionou se algum deputado pretendia intervir. Não havendo intervenções, declarou encerrada a apreciação do ponto. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ANÁLISE DE PARTICIPAÇÕES DECORRENTES DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DAS PROPOSTAS DE DELIMITAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA (PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA PERU)”, de acordo com o nº 1 do artigo 17 do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

----- Colocou o ponto para apreciação. Perguntou se algum deputado pretendia intervir. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Hugo Pereira**: Boa noite, senhor presidente da mesa da assembleia. Boa noite, senhor presidente da Câmara e o executivo. Boa noite, senhores vereadores, quem nos assiste lá em casa, presidente junta de freguesia e comunicação social. Vinha só fazer aqui uma retificação, se fosse possível, na página 17, o ponto 4, onde diz: "Edifício inacabado, Rua Almirante Reis e Rua Basílio Telos, freguesia de São João Batista. Isto enquadra-se na freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Se fosse possível fazer a retificação, agradeceríamos. Muito obrigado. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, anuindo e assumindo a correção necessária, e não havendo mais intervenções, questionou se ninguém mais pretendia intervir. -----

----- Atendendo que mais ninguém manifestou vontade de intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou à votação deste ponto dois. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

----- O ponto número dois, então, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

“APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2025”, de acordo com a alª l), do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Questionou aqui se algum deputado pretendia intervir. Não havendo intervenções, colocou o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

----- O ponto número três da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **onze votos a favor**, sendo nove votos do Partido CHEGA, um voto do Presidente da Junta da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto da Junta de Freguesia São João Baptista e, **doze abstenções**, sendo, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP) e cinco votos do Partido Socialista. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Samuel António Santos Carvalho**, para efetuar a leitura de declaração de voto apresentada pela Bancada da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP): -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

“Boa noite, senhor presidente, senhor presidente da assembleia, senhores deputados, lá em casa. Em relação ao ponto três em discussão, as bancadas do PSD e do CDS-PP apresentou a declaração de voto requerendo que a mesma fique consignado em ata fundamentada nas seguintes considerações. O relatório de contas apresenta o resultado líquido positivo do município, bem como a execução da receita de valores relevantes com destaque para a cobrança de impostos municipais, nomeadamente o IMT, associados à dinâmica do mercado imobiliário. Contudo, consideramos que a parte significativa deste desempenho da receita resulta de valores conjunturais, não podendo ser interpretada por si só como sinal de robustez financeira estrutural, uma vez que tais receitas não são garantidas no futuro. Verificamos que a execução de despesa ficou quem do previsto, em especial ao nível do investimento que evidencia dificuldades na concretização de projetos e na transformação da receita arrecadável em desenvolvimento efetivo para o concelho. Sublinhamos ainda a dependência significativa de transferências do Estado e de fundos europeus, situação que reduz a autonomia financeira do município e que torna mais vulnerável as alterações nas políticas nacionais e nos ciclos de financiamento. Entendemos que a execução orçamental revela desequilíbrio relevante. O município demonstra capacidade de arrecadar receita, mas revela limitações na sua execução, sobretudo quando se trata de contabilizar investimento. O principal desafio da gestão municipal não é apenas arrecadar receita, mas sim transformá-lo em investimento eficaz, com impacto concreto no desenvolvimento do concelho na maioria das condições de vida da população. De acordo com estes pontos considerados anteriormente e reconhecendo que, embora a existência do resultado líquido é positivo, mas mantemos assim reservas quanto à capacidade de transformar esta receita disponível em investimento e desenvolvimento efetivo, apresentamos assim o voto de abstenção.” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradecendo a intervenção e a declaração de voto do PSD manifestada pelo deputado Samuel. Assim sendo, passamos então ao ponto número quatro. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE ESTACIONAMENTO TARIFADO – TECNOVIA”, de acordo com a alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O Ponto número quatro da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **dezoito votos a favor**, sendo nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e um voto do Presidente da Junta de Freguesia São João Baptista e, **cinco abstenções** do Partido Socialista. -----

----- Neste seguimento passou-se ao ponto número cinco da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA REVISÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CME E AECE)”, ao obrigo da linha k) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O **Senhor Presidente da Assembleia** questionou então se algum deputado pretendia fazer alguma intervenção. Não havendo intervenções, colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO CINCO

----- O ponto número cinco da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade**, com **vinte e três votos**, sendo nove votos do Partido CHEGA, sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista. -----

----- Fez uso da palavra, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passando ao ponto número seis da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SEIS

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS BASES DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS APTAS AO ALOJAMENTO DE REDES DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS – SOLUÇÃO TRANSITÓRIA”, de acordo com a alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. Questionou se algum deputado pretendia intervir. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: dando a palavra ao senhor Emílio Sobreira pela bancada do PS. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Emílio Sobreira**: Volto a apresentar os meus cumprimentos a todos os presentes e a todos os munícipes. Só para dizer que entendemos que as bases da concessão devem estar integradas num caderno de encargos e numa carta convicto do procedimento que devia ser do nosso conhecimento, e outra das questões que também gostava de saber era realmente, sendo este procedimento por convite, quantas seriam as entidades convidadas a apresentar proposta? -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a intervenção do eleito Emílio Sobreira, e questionou se alguém pretendia intervir. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: Muito obrigado, penso que deverá haver alguma confusão, porque a *first rule* já providenciou e providencia no passado e neste momento serviços para a câmara. O que aqui está é a questão daquilo que é o CPA, contratação pública e o interesse público que impera para que a *first* continue a operar porque a câmara municipal não tem meios próprios, aliás nenhuma câmara tem e é um serviço fundamental para a concessão da exploração de infraestruturas das energias, a comunicação e para a cidade. Portanto, é só uma rede transitória e é isso que se trata. Muito obrigado. -----

----- Faz uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara. De seguida passou a palavra à eleita senhora Susana Vieira da Cruz. -----

----- Faz uso da palavra a **Eleita Senhora Susana Vieira da Cruz**: Eu gostaria de questionar se neste caso, se existe algum calendário concreto para o concurso público definitivo, gostaria que fosse perguntado ao Senhor Presidente da Câmara.” -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: “Não tenho aqui as informações todas comigo para o ponto, sei que se encontra em preparação um procedimento. Penso há uma preparação um procedimento concursal a lançar o mercado com as peças devidamente estruturadas e alinhadas com os objetivos estratégicos do município. Como referi e nos termos do número quarto do artigo 31º é admissível o recurso ao procedimento de ajuste direto para contratos. E é isso que se pretende fazer, com a *first rule*. Em termos de datas não tenho comigo, mas posso providenciar obviamente à posterior, se assim for o desejo. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a intervenção senhor Presidente da Câmara. Não havendo mais intervenções, colocou o ponto à votação.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SEIS -----

O ponto número seis da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **10 votos a favor**, sendo nove votos do Partido CHEGA, um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, **treze abstenções**, sendo sete votos da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), cinco votos do Partido Socialista e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista. -----

----- No seguimento passou ao ponto número sete da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO NÚMERO SETE -----

“APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO (ROSME),” de acordo com o artigo nº 6 do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: No âmbito das nossas competências aprovarmos o número de unidades, divisões e departamentos, conforme informação submetida pelos serviços da Câmara, o número máximo de dois diretores de departamento, número máximo de onze divisões e o número máximo de quatro unidades. Questiono se algum deputado neste ponto pretende intervir previamente. Senhor deputado Emílio, pode usar da palavra. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Emílio Alexandre Gomes Sobreira**: Volto a cumprimentar todos os presentes, a mesa e todos os munícipes do Entroncamento. Bem, este ponto sete que nos é submetido entendemos que não é necessariamente a proposta de alteração ao regulamento da organização dos serviços municipais, mas merece da bancada do Partido Socialista uma análise exigente e responsável e assente num princípio essencial. Decisões estruturais exigem fundamentação clara e avaliação rigorosa dos seus impactos. E é neste preciso ponto dos impactos que começa a nossa preocupação. Importa desde logo sublinhar uma contradição evidente na própria fundamentação da proposta. É afirmado que a atual estrutura carece de ajustamentos pontuais. Nós entendemos que não estamos perante ajustes pontuais, mas sim uma reformulação significativa da estrutura orgânica, com redefinição de unidades, alteração de níveis dirigentes e impacto transversal na organização dos serviços. E para isso basta olhar para os números que o senhor presidente falou, ou seja, vamos passar de um departamento quatro divisões e 10 unidades para dois departamentos, 11 divisões e apenas quatro unidades, o que significa na prática uma redução muito significativa de unidades que correspondem a cargos de terceiro grau e um aumento expressivo do número de divisões, ou seja, de cargos dirigentes de segundo grau com o nível remuneratório superior. Esta prática para nós é no mínimo estranha e conduz a que a estrutura tenha mais divisões do que unidades. Nós estamos perante ajustamentos pontuais, como disse antes, estamos perante uma alteração estrutural profunda, com impacto direto na hierarquia, na organização dos serviços e inevitavelmente e sobretudo na despesa com o pessoal. E quanto maior é a dimensão da alteração, maior deveria ser o nível de fundamentação, de previsão e de quantificação dos seus efeitos, o que o que manifestamente não se verifica nesta proposta. Com efeito, não é apresentado qualquer estudo de viabilidade que permita esta assembleia avaliar com rigor a

sustentabilidade das opções propostas. Não há quantificação de custos, não há cenários alternativos, não há projeções financeiras. Há uma opção legítima do ponto de vista político, mas acompanhada do indispensável suporte técnico e financeiro. Acresce também que nesta proposta nada é dito sobre o impacto orçamental concreto da alteração da estrutura, designadamente da transição de unidades por divisões. Esta não é, quanto a nós, uma alteração meramente formal. Ao elevar unidades a divisões, eleva-se também o nível da estrutura dirigente com reflexo direto no estatuto remuneratório dos cargos desenvolvidos e consequentemente na despesa com pessoal. E aqui entramos num ponto particularmente sensível. O que é que vai acontecer aos atuais dirigentes de terceiro grau, cujas unidades deixam de existir? É uma pergunta que deixamos. Portanto, consideramos que esta proposta é totalmente omissa. Não é clarificado se haverá seção de funções com regresso às carreiras de origem ou mesmo a eventual designação para cargos, para novos cargos em regime de substituição. Qualquer uma destas soluções tem impacto financeiro para o município, ainda que ainda que natureza distinta ou estamos perante encargos de natureza compensatória associados à sessação de funções dirigentes, operando o agravamento estrutural da despesa com pessoal por via da nomeação para cargos de nível superior ou em regime de substituição. Em qualquer dos casos, há um efeito orçamental que não pode ser ignorado e que, no entanto, não se encontra minimamente quantificado no enquadramento desta proposta. E esta questão não é isolada. Insere-se numa opção mais ampla que esta proposta consagra, o reforço da estrutura dirigente e consequentemente o aumento da despesa corrente fixa do município. Acho que este ponto deve ser refletido. Este aumento estrutural da despesa surge no contexto em que a receita corrente do município apresenta uma dependência significativa do IMT. Uma receita que, como sabemos, é cíclica, é volátil e fortemente dependente da dinâmica do mercado imobiliário. Impõe-se uma pergunta simples e legítima: Como será sustentada esta estrutura quando essa receita abrandar? E que margem ficará no futuro para evitar o agravamento da carga fiscal sobre os munícipes, designadamente através do IMI, para acomodar este aumento da despesa com pessoal dirigente. Senhor presidente, senhores e senhoras deputados, o Partido Socialista não está contra a reorganização dos serviços, tão pouco contra a valorização que é devida aos profissionais que dão um verdadeiro corpo à atividade do município. Reconhecemos que as estruturas devem evoluir e adaptar-se às exigências atuais. Mas essa evolução tende a sentar em três pilares essenciais: fundamentação, transparência e sustentabilidade financeira. Estes dois últimos aspetos surgem recorrentemente nos discursos para comunicados da imprensa, mas tardam em aparecer na ação. Aquilo que hoje nos é apresentado não cumpre de forma eficiente esses requisitos. E por isso, não discordando do princípio, o que aqui temos verdadeiramente em causa é uma exigência de responsabilidade. Não podemos decidir sobre o futuro da estrutura municipal sem conhecer com rigor a justificação e o seu impacto financeiro e humano. E para terminar, os números podem não ser exatamente os mais corretos. Certamente que não estaremos a acertar ao euro, muito menos ao cêntimo. Mas com esta alteração estrutural e segundo os nossos cálculos, o aumento anual de encargos em salários atingirá mais de 350.000 € o que numa perspetiva de 4 anos será um valor superior a 1.400.000 €. Este valor acho que nos deve fazer pensar a todos. E se calhar é um valor que também pode ser utilizado na sustentação de outras medidas de que o município carece. Obrigado, meus senhores. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a intervenção, e questionou se mais algum deputado pretendia intervir neste ponto. Não havendo, colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO SETE -----

---- O ponto número sete da Ordem de Trabalhos, foi **aprovado por maioria**, com **dez votos a favor**, sendo nove votos do Partido CHEGA, e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, **seis votos contra** da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP) e **sete abstenções**, sendo, cinco votos do Partido Socialista, um voto do Presidente da Junta de Freguesia São João Baptista e um voto do Presidente da Assembleia Municipal. Neste sentido, vou passar a palavra ao Samuel, para declaração de voto. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Samuel António Santos Carvalho**: Em relação ao ponto sete, em apreciação, a bancada do PSD, bem como a do CDS-PP, apresenta a seguinte declaração de voto, requerendo novamente que a mesma fica consignada em ata. A proposta apresentada não foi devidamente fundamentada em reunião de câmara, não tendo sido explicado de forma clara o problema que se pretende resolver, os objetivos que se pretendem alcançar ou as necessidades concretas que esta nova estrutura pretende responder. Nem foi devidamente articulada com uma visão estratégica para o município, designadamente também com um dos pontos em reunião de câmara, os objetivos estratégicos plurianuais e com as prioridades do desenvolvimento municipal. Uma alteração ao regulamento orgânico dos serviços municipais deve ser acompanhada de uma justificação objetiva, demonstrando e de que forma esta reorganização proposta contribui para maior eficiência, eficácia e capacidade de resposta da Câmara Municipal. Uma reestruturação orgânica não deve estar centrada apenas na organização interna da máquina municipal, devendo estar orientada para a melhoria das respostas à população, às empresas, às instituições e ao território. Os atuais desafios da transformação digital, modernização administrativa e utilização de ferramentas inteligência artificial, devem estar refletidos de forma expressiva na proposta, uma vez que estas soluções podem permitir ganhos relevantes de eficiência, simplificação de procedimentos, eliminação de redundâncias e de redução de cargas administrativas. A área social não se encontra suficientemente enquadrada na estrutura proposta, apesar dos relevantes desafios sociais existentes no concelho, que exigem respostas municipais mais robustas, articuladas e devidamente estruturadas. Achemos que esta proposta não é acompanhada de uma análise de impacto financeiro e operacional, impossibilitando assim a avaliação do custo de benefício desta reestruturação. Não é apresentada pelo executivo uma análise comparativa entre esta estrutura proposta e a estrutura atual, dificultando a identificação objetiva das melhorias que possam ser introduzidas. Não foram definidos também nesta proposta indicadores de desempenho ou métricas de avaliação que permitam monitorizar o impacto desta nova estrutura, nem mecanismos para uma revisão futura. De acordo com os pontos considerantes anteriores, entendemos assim que esta proposta carece de uma melhor fundamentação, maior clareza estratégica e adequada articulação com necessidades concretas do município e da população. Apresentamos assim o nosso voto contra. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a declaração de voto do PSD. Questionou o deputado Emílio se pretendia fazer uma declaração de voto. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Emílio Alexandre Gomes Sobreira**: Exato, vamos remeter então uma declaração de voto, enviando o teor do meu texto da minha intervenção para intervenção inicial. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, dando a votação do ponto por encerrada e passando ao ponto seguinte. -----

PONTO NÚMERO OITO -----

“APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS TERMOS DA TRANSAÇÃO JUDICIAL A CELEBRAR COM LISTORRES – ENGENHARIA E INVESTIMENTOS, S.A., NO ÂMBITO DO PROCESSO Nº 232/19.8 BELRA, A CORRER TERMOS NA 1ª UNIDADE ORGÂNICA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA”, de acordo com a alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

----- Fez uso da palavra a **Eleita Senhora Susana Vieira da Cruz**: Venho apresentar o seguinte requerimento: -----

REQUERIMENTO -----

«Venho requerer em representação da bancada do PSD e CDS-PP a retirada imediata do ponto oito da nossa ordem de trabalhos. Estamos perante uma proposta de acordo judicial que envolve o pagamento elevado de quantia a uma empresa de construção, engenharia e investimentos. A proposta dos termos da transação judicial a celebrar não foi apresentada com a fundamentação e documentação necessária. Os documentos remetidos com o presente ponto para a apreciação, não contém elementos e informação suficientes que permitam compreender com rigor e transparência a posição da Câmara Municipal no Entroncamento ao longo do processo, nomeadamente falta uma peça processual que entendemos essencial que consiste no articulado da contestação e respetivos documentos apresentados pelo município aos autos em apreço. A informação dos serviços técnicos municipais, uma vez que o processo respeita a matérias de natureza urbanística associados a licenciamento e alvará do loteamento, nos quais o parecer técnico dos serviços competentes se revela essencial para a boa apreciação da causa. Não foi igualmente disponibilizada para a apreciação do ponto os termos do acordo homologado por sentença no âmbito de um processo judicial anterior que em reunião de câmara terá sido referido uma ação anterior que havia sido intentada contra o município pela mesma empresa, o que impede uma avaliação completa e segura da matéria submetida a deliberação. A falta desses elementos não permita aferir com necessária segurança se os termos do acordo da transação judicial agora proposto representa a melhor decisão para o município, nem se foram devidamente ponderadas alternativas processuais ou jurídicas. O ponto em discussão propõe o pagamento de uma quantia avultada a uma entidade privada, tratando-se de dinheiros públicos, a decisão desta assembleia deve ser pautada pelo máximo rigor, sob pena de comprometer a prestação de serviços essenciais aos cidadãos. A aprovação de um acordo desta magnitude, sem o acesso pleno à informação e fundamentação técnica e jurídica, fere o princípio da transparência administrativa e impede o escrutínio necessário para prevenir eventuais favorecimentos ou mesmo erros de gestão. Um acordo judicial entre o município e uma empresa, envolvendo um montante considerável de 450.000 € por sair do erário público, exige um escrutínio redobrado. Estamos a falar de dinheiro público, dinheiro que pertence aos contribuintes deste concelho. Gerir dinheiros públicos. Existe dois pilares inegociáveis, rigor e transparência. O rigor permite identificar, desde logo, se o pagamento resulta de erros de gestão anteriores, por exemplo, incumprimentos contratuais, ilegalidades

ou irregularidades em procedimentos por parte da autarquia e tornar o processo público permite que os eleitores avaliem a competência dos seus governantes. A deliberação sobre um processo desta natureza não deve ocorrer sem que estejam integralmente disponíveis a esta Assembleia Municipal os documentos técnicos, jurídicos e financeiros necessários à defesa do interesse público do município e à formação uma decisão devidamente informada. Votar este ponto hoje, nestas condições, seria passar um cheque em branco, sem que os representantes dos cidadãos possam verificar se este valor é justo e ou adequado, se é legal ou se existem outras alternativas. Votar sem informação não é exercer democracia, é abdicar da nossa função de fiscalização. Se o processo é transparente, não há razão para ocultar documentos. Se o acordo é bom para o município, seguramente que o executivo terá todo gosto em fundamental melhor. Fase à escassez de informação que assegure o rigor exigível na gestão do erário público, requer-se que o ponto seja retirado da ordem de trabalhos, devendo a sua discussão ser agendada apenas quando todos os documentos referidos forem disponibilizados para consulta atenta de todos os membros desta assembleia municipal. Peço deferimento.» ----

---- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Obrigado pela sua intervenção. Então, neste sentido, foi apresentada uma proposta para a retirada do ponto número 8 da ordem de trabalhos. Vou colocar a votação o pedido de retirada do ponto número oito. Questiono se mais algum deputado quer fazer mais alguma intervenção sobre o pedido de retirada? Então, vamos passar à votação do ponto. -----

VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO APRESENTADO -----

---- O requerimento apresentado pela Bancada da Coligação Viva o Entroncamento (PPD/PSD.CDS-PP), no sentido de retirar o ponto oito da Ordem dos Trabalhos, foi **aprovado por unanimidade com vinte e três votos a favor**. -----

---- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Câmara**: Sim, independentemente, da minha intervenção, o ponto está votado, está retirado. Queria apenas fazer uma constatação, portanto, isto é um processo com cerca de 20 anos que tem tido custos para todos os municípios. Estamos a falar de dinheiro público mensalmente, que já se arrastra em tribunais em que nenhum executivo teve a coragem de enfrentar, porque fazer uma proposta que não é aceite e depois, desculpem, deixar morrer em águas de bacalhau é mandar água para os olhos. Isso não é positivo. Foram enviados vários documentos. A Sociedade de Advogados Montalvo foi-vos enviado um documento para todos com vários números, portanto, com uma análise cronológica e análise do porquê dos custos antes imputações desta sociedade de advogados que tem estado e envolvida com este caso jurídico. Portanto os 450.000€ foram entre aspas aceites pela empresa LISTORRES, mas não obstante isso, eles mostraram o seu desagrado, mas também mostraram que querem encerrar o caso. E assim sendo, gostaria de deixar bem claro que da nossa parte os documentos prestados pela empresa pela sociedade de advogados Montalvo, são muito bem justificativos. Todo o processo. A redação está muito bem elaborada, está muito bem formulada e é concisa quanto aos custos e quanto às pretensões daquilo que tem sido as pretensões da própria empresa contra a Câmara Municipal do Entroncamento. Estamos a falar de um processo ou de litígio cerca de 3.111.000 € e um valor de 450.000€ consoante aquilo que foi a análise, como mencionei, é um valor que é, no nosso entender justo para aquilo que foram também as más ações de anteriores executivos. Muito obrigado. -----

---- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Obrigado pela sua intervenção, senhor Presidente. Algum deputado quer intervir? -----

----- Fez uso da palavra a **Eleita Senhora Susana Vieira da Cruz**: Queria só aqui fazer uma ressalva que este processo judicial, como consta do ponto 8 que agora foi retirado, portanto o processo é 2019, portanto o processo tem 7 anos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. Portanto, o processo judicial tem 7 anos. Portanto, e reitero que dos elementos que nos foram facultados, nomeadamente o parecer da sociedade de advogados que representa o município, faz alusão a articulados aos quais não chegaram à posse dos deputados municipais e, por conseguinte, foi apresentado o ponto com a fundamentação que foi apresentada. Obrigada. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Muito obrigado pelas vossas intervenções. Seguimos então a ordem de trabalhos resumindo que este ponto foi de facto retirado por unanimidade, votado por toda a assembleia por ausência de alguns articulados que são peças processuais jurídicas que pela ausência desses documentos processuais. Foi por isso que o órgão deliberativo decidiu retirar o ponto. Deputado Emílio, pode fazer uso da palavra. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Emílio Sobreira**: Eu queria realçar que nós não estamos contra o acordo. Agora entendemos que realmente é necessário mais informação e mais documentação. Do que temos conhecimento, a primeira tranche do pagamento dos 450.000€ será só para efetuar em 2027. Portanto, concordamos que este pedido de adiamento não vai obstar a que se chegue a algum acordo, mas entendemos também que devemos estar mais cientes do que no que é que se baseou ao acordo. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Precisamente. Obrigado pela sua intervenção. Penso que foi isso que ficou claro lá para casa e esperemos que assim seja. Esta assembleia, por unanimidade, não está contra a discussão deste ponto, nem vota contra o ponto, mas sim o facto desta discussão e daí a retirada do ponto, esta discussão só ocorre e a votação aquando da vistoria ou da visibilidade por parte de todos os deputados dos documentos, dos articulados, das peças processuais que faltam na documentação que nos chegou. Neste sentido, seguimos então para o ponto número nove. -----

PONTO NÚMERO NOVE -----

“APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR RELATIVA À MOÇÃO INTITULADA “INTEGRAÇÃO DO AERÓDROMO DE TANCOS NA POLÍTICA DE TRANSPORTE AÉREO DE PORTUGAL”. -----

----- Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**: A moção foi apresentada pelo grupo municipal do Partido Social-Democrata, deu entrada na Assembleia Municipal de Tomar, tendo sido discutida e votada na primeira sessão ordinária realizada em 28 de fevereiro de 2026. A moção foi aprovada nessa casa por unanimidade e a moção defende a valorização estratégica do aeródromo de Tancos enquanto infraestrutura complementar do sistema aeroportuário nacional com potencial para usos civis e dualidade civil/militar, destacando o seu contributo para a coesão territorial, o desenvolvimento regional, a desconcentração do tráfego aéreo e a melhoria da acessibilidade do Médio Tejo, incluindo para o polo religioso de Fátima. A moção foi enviada a todos os deputados municipais do município do Entroncamento. E, portanto, na posse desta documentação, apenas quis aqui referir para lá em casa terem conhecimento e perceberem o que é que se trata esta moção. Questiono se algum deputado pretende intervir nesta moção. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Dominique Ventura**: Muito obrigado, senhor presidente. A bancada do PSD e do CDS congratula-se com esta moção que vem na Assembleia Municipal de Tomar, porque o PSD do distrito de Santarém, desde pelo menos 2018, que defende esta situação por todas as razões que mencionou, pela proximidade com A23, pelos acessos, pela proximidade com Fátima. Portanto, estamos satisfeitos com esta moção e com o consenso que toda a comunidade do Médio Tejo tem sobre este ponto. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Agradeceu a intervenção, do deputado Dominique. E passou a palavra ao deputado Pedro Gomes. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Pedro Gomes**: Mais uma vez, boa noite a todos. Nós não discordamos desta situação. Aqui a questão que eu faço é, quem apresenta moções a esta assembleia. Refiro que estamos na Assembleia Municipal da Câmara Municipal do Entroncamento, são os deputados nela eleitos. Portanto, isto é, da Assembleia Municipal de Tomar. E eu pergunto qual a legitimidade que a Assembleia Municipal de Tomar tem para que nós possamos fazer deliberações sobre um ponto discutido na Assembleia Municipal de Tomar. É essa a minha questão. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: A apresentação da moção que foi feita pela Assembleia Municipal de Tomar foi feita no sentido de haver uma consonância intermunicipal ao nível intermunicipal e foi enviada para todos os municípios da comunidade intermunicipal do Médio Tejo. Neste sentido, a moção a tendo em conta, que não foi da nossa iniciativa, da nossa assembleia, a realidade é que a mesma, foi difundida pelos deputados aqui da Assembleia Municipal do Entroncamento e eu penso que para subscrever a moção poderemos assim votá-la. Daí ter sido colocada no ponto, tendo ido inclusive a comissão permanente e não houve oposição nessa comissão para que fosse redigido este ponto. Neste sentido, passo a palavra à deputada Susana. -----

----- Fez uso da palavra a **Eleita Senhora Susana Vieira da Cruz**: Senhor presidente, realmente concordo com o mesmo. -----

----- Interrompeu a palavra da Eleita Susana Vieira da Cruz, o **Eleito Senhor Pedro Gomes**: Sim, Senhor Presidente, eu volto a dizer que nós não estamos contra. A questão é o seguinte: existe uma assembleia intermunicipal e se isto é uma proposta do PSD distrital, acho que deve ser apresentada nessa assembleia intermunicipal. Se queremos passar isto para uma moção do PSD Entroncamento apresentado à Assembleia Municipal do Entroncamento, como disse, nós não estamos contra. Agora, não acho que seja legítimo estarmos aqui a deliberar sobre uma moção apresentada na Assembleia Municipal de Tomar. É esta a única questão. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Certo. Vou passar a palavra à Dra. Susana. -----

----- Fez uso da palavra a **Eleita Senhora Susana Vieira da Cruz**: De facto, eu compreendo e concordo com o que o deputado Pedro Gomes acabou de dizer. Efetivamente, trata-se de uma deliberação tomada em Assembleia Municipal de outro concelho, deveria ter sido uma moção a dar conhecimento à Assembleia Municipal do Entroncamento. O que eu sugiro é que, efetivamente haja uma retificação do ponto no sentido, em vez de constar apreciação e votação na deliberação, seria para tomar conhecimento da Assembleia Municipal. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Nesse sentido, questionou os deputados se pretendiam. Passou a palavra ao deputado Hugo Pereira. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Hugo Pereira**: Boa noite mais uma vez, senhor presidente. Eu só quero enquadrar aqui um bocadinho, depois se formos à votação também perceber um bocado o porquê da nossa votação. O aeródromo militar de Tancos é uma infraestrutura com mais de um século de história, desde a sua fundação em 1923 a sua afirmação como base aérea número três foi sempre um motor de fixação de militares e um ativo económico para a nossa região. No entanto, a realidade atual é preocupante. Apesar de estar a receber algumas intervenções pontuais devido à chegada dos novos helicópteros do exército, estas são manifestamente insuficientes. A pista principal 0826 carece de intervenção urgente, as placas de estacionamento Alfa, Bravo e Charlie estão degradadas e a torre de controle opera com sistemas eliminação obsoletos. Até aos meios de socorro e logística de combustível são hoje em dia um desafio. É neste contexto que analisamos esta proposta e a incoerência do PSD a nível nacional já decidiu por Alcochete, preterindo o aeroporto de Santarém, que seria o verdadeiro projeto transformador e de projeção para o Médio Tejo. É por isso estranho e contraditório que o PSD de Tomar venha agora focar-se em Tancos, quando a oportunidade de um grande aeroporto regional foi descartada pelo seu próprio partido. A probabilidade de um uso civil e relevante é baixa e o uso dual é complexo, não podendo esquecer que esta é uma base que serve o exército e que poderá ser estratégica para a autoridade nacional de emergência e proteção civil e para o dispositivo especial de combate a incêndios rurais. Qualquer intervenção tem de respeitar a defesa nacional e não servir apenas para alimentar narrativas políticas. Em conclusão, Tancos tem potencial como infraestrutura complementar, seja para logística, manutenção aeronáutica ou emergência civil, mas não acompanhamos o entusiasmo de quem quer gastar dinheiro em estudos sem garantir uma procura clara ou enchimento sério apenas para fazer política partidária. A região precisa de soluções reais, não de projetos de consolação, porque o aeroporto principal foi para o outro lado. Olhamos para esta proposta com seriedade que o aeródromo militar de Tancos merece, mas com o ceticismo que a atitude política do PSD nos impõe neste momento. Muito obrigado. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Obrigado, deputado Hugo, pela vossa intervenção. Voltando um bocadinho atrás, então vamos apreciar o ponto para a alteração da nomenclatura do ponto e ficar o ponto para apreciação apenas desta assembleia.

----- Pediu a palavra o **Eleito Senhor Pedro Gomes**: Então, Senhor Presidente, e se nós fizéssemos de outra forma, se nós pegássemos no conteúdo desta moção e a aprovássemos enquanto Assembleia Municipal do Entroncamento, mudávamos a redação e aprovávamos como Assembleia Municipal do Entroncamento. É possível? Proponho isto. -----

----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Neste sentido, vamos fazer a primeira votação relativamente à alteração da apreciação, se vamos alterar ou não o ponto para apreciação e ou mantemo-lo como apreciação e votação. Portanto, quem vota contra? Quem vota contra a alteração do ponto? Quem se abstém? Quem vota a favor? A modificação é em vez de votação e deliberarmos e esta moção e subscrevemo-la, vamos apenas tomar conhecimento da mesma. Portanto, reformulando, eu questiono os deputados se pretendem e fazer a alteração deste ponto e quem é que vota contra a alteração deste ponto? Quem é que se abstém? Então, aprovado por unanimidade a alteração deste ponto e este ponto deixa de ter uma votação e apenas foi informativo. -----

----- Fez uso da palavra o **Eleito Senhor Pedro Gomes**: Então, uma declaração de voto para que conste em ata. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

A bancada do Partido Socialista não se opõe, simplesmente não votará ou não é possível votar um documento que não foi proposto pelos eleitos locais a esta Assembleia Municipal. Portanto, peço que esta declaração conste em ata.”

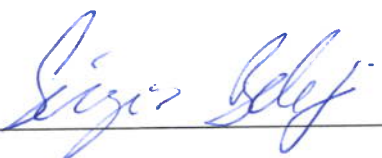
----- Fez uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Assim será. Muito obrigado pela sua intervenção, deputado Pedro Gomes. -----

----- Continuou no uso da palavra o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**: Assim sendo, não havendo mais assuntos a tratar, declaro encerrada a sessão da Assembleia Municipal do Entroncamento às vinte e duas horas e quarenta e um minutos. Muito obrigado a todos pela vossa permanência. -----

----- Todos os assuntos agendados na Ordem dos Trabalhos foram aprovados em minuta. -----

----- A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

- O Presidente da Assembleia Municipal:



- A 1.ª Secretária:



- A 2.ª Secretária:



Elaborada por
Inês Cruz – Assistente Técnica